



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Roberto Pessoa

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei que ora apresento a esta Egrégia Casa Legislativa tem por objetivo acrescentar tipo penal já existente ao Código Penal vigente, de modo a acrescer o dispositivo legal concernente ao tipo da ameaça, previsto no artigo 147-A, CP.

Tal tipificação se faz necessária para coibir e reprimir uma perniciosa e odiosa prática que vem sendo adotada, de forma cada vez mais frequente, especialmente por grupos de proprietários de abatedouros e frigoríficos, e dirigida a um grupo específico de pessoas, especificamente os auditores fiscais que atuam na fiscalização e consequente autuação das empresas fiscalizadas.

Notadamente, referida prática vem sendo usada com o fito de garantir o não cumprimento do contido nos Relatórios dos fiscais, com o fim de assegurar a continuidade, de forma deliberada dos abates irregulares.

Infelizmente, nossa legislação penal em vigor não oferece uma tipologia que traga uma sansão com força repressiva e coibitiva necessária para combater a prática em comento; desta feita, almejando suprir essa lacuna legal e visando dar mais efetividade à proteção desses agentes públicos, torna-se imperioso a aprovação da presente iniciativa, a qual possibilitará que a conduta de ameaçar Auditor Fiscal, bem como, membros de sua família, em razão do exercício de sua profissão, seja adequadamente repreendida pelo Estado.

Sendo essas, pois, as razões que justificam a presente proposição, e que submeto à discussão e deliberação dessa Casa Legislativa, propugnando



Câmara dos Deputados

Gabinete do Deputado Roberto Pessoa

pela sua aprovação em nome do interesse público e da defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado Federal ROBERTO PESSOA